COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29300-170 Contato: +55 28 3526-5628

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO Parecer ao Projeto de Lei nº 133/2025

Autor: Vereador Vitor Azevedo Fonseca de Andrade

Relator: Vereador Thiago das Neves Camilette

Objeto: Projeto de Lei Ordinária: "Institui a Semana do Corretor de Imóveis no âmbito

do município de Cachoeiro de Itapemirim/ES e dá outras providências".

RELATÓRIO

Trata-se de um Projeto de Lei de iniciativa do Vereador Vitor Azevedo com objetivo de instituir a Semana Municipal do Corretor de Imóveis, a ser comemorada anualmente, na semana que compreender o dia 27 de agosto, dia do corretor de imóveis.

O projeto foi lido em plenário em 02 de setembro de 2025, e encaminhado à Procuradoria para devido parecer jurídico. Ato contínuo, o presente Projeto de Lei foi encaminhado para referida Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para devido parecer, em conformidade com art. 26, Paragrafo Único, do Regimento Interno.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme citado no parecer jurídico da Procuradoria, é de competência do Poder Legislativo Municipal a iniciativa de elaboração de matérias referentes a interesse local, amparado no art. 30, I da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 30. Compete aos Municípios:

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29300-170 Contato: +55 28 3526-5628

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

A referida iniciativa tem por objetivo reconhecer a importâncias social e econômica dos corretores, além de valorização da categoria, estimulando a capacitação e fortalecimento do mercado imobiliário. Além de instituir a Semana do Corretor de Imoveis, o referido projeto, no art. 3º expressa que a Câmara realizará Sessão Solene, onde cada Vereador poderá indicar um corretor de imóveis, com atuação reconhecida no município para receber a Homenagem Especial.

Ocorre que, conforme do Regimento Interno desta Casa de Leis, nos artigos 112 e 113, expressão acerca da realização de Sessão Solene, que é adstrita a vontade interna da Câmara, na pessoa do P`residente ou da maioria absoluta dos Vereadores, não poderia uma sessão solene ser obrigatória na referida data proposta no projeto, pois pode ocorrer de não ser possível a realização no dia descrito, ocasionando descumprimento de norma.

Art. 112 – As sessões solenes destinar-se-ão a comemorações ou homenagens a altas autoridades ou a pessoas que tenham prestado relevantes serviços à coletividade.

Art. 113 – As sessões solenes atenderão as seguintes normas:

 I – serão convocadas pelo Presidente ou pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

 II – poderão, por deliberação prévia do Plenário, ser realizadas fora do recinto da Câmara;

III – realizar-se-ão com qualquer número de Vereadores;

IV – não terão tempo determinado de duração;

V – cada líder indicará, se quiser, um orador para falar em nome da bancada, pelo prazo máximo de dez minutos.

Com isso, as homenagens na Câmara Municipal são deliberadas através de Projetos de Resolução e Projeto de Decreto Legislativo, e não por meio de Projetos de Lei, pois se trata de matéria interna do Poder Legislativo, por isso, é recomendada a supressão do art. 3º, para que não haja nenhuma intercorrência legislativa.

Vale destacar que, o Poder Legislativo Municipal tem a atribuição de instituir datas comemorativas no calendário municipal oficial da cidade, não se tratando

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29300-170 Contato: +55 28 3526-5628

de matéria privativa do Poder Executivo, dessa forma, foi realizada consulta, pela Procuradoria Legislativa, no sítio da internet da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim, e não foi encontrada norma anterior que disponha da mesma matéria.

VOTO DO RELATOR: pelos pontos apresentados, entende-se, pelo prosseguimento regular da matéria, com emenda supressiva.

VOTO DO PRESIDENTE: Voto com Relator.

VOTO DO MEMBRO: Voto com Relator.

DECISÃO: Após analise do referido Projeto de Lei, essa comissão, unanimidade, vota pelo prosseguimento regular da matéria, com emenda supressiva.

Sala das Comissões, 07 de outubro de 2025.

Evandro Miranda – Presidente

Thiago Neves - Relator

Delandi Macedo – Membro (Suplente)

"Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor"